



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 7 de maio de 2013

A CRITICA Mais discussões em torno do ICMS e a Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO LOCAL	1
AMAZONAS EM TEMPO AM pronto para a 'briga' do ICMS diferenciado VEICULAÇÃO LOCAL	2
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas se arma para a votação decisiva, hoje, na 'guerra do ICMS' VEICULAÇÃO LOCAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO SP quer barrar votação de três alíquotas do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO Reforma fiscal pode levar país à guerra civil, diz secretário da Fazenda de SP VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO Alckmin diz que reforma do ICMS desindustrializa país e cria 'cidades duty free' VEICULAÇÃO NACIONAL	13
AGÊNCIA SENADO CAE discute alíquotas para Zona Franca de Manaus na reforma do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	15
AGÊNCIA SENADO CAE mantém 12% de alíquota de ICMS para produtos da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	16
ASSESSORIA SUFRAMA Estudo da SUFRAMA e Sefaz embasa defesa da ZFM..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17
AMAZÔNIA NOTÍCIAS Vanessa Grazziotin lidera uma comitiva ao gabinete do senador Eduardo Suplicy para fazer um apelo ao modelo Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	19
BLOG DA FLORESTA Senado: Começa votação da Alíquota do ICMS, Omar e Artur são convidados a sentar a Mesa VEICULAÇÃO NACIONAL	20
BLOG DA FLORESTA Governador Omar Aziz articula apoio de senadores em defesa da Zona Franca de Manaus, em Brasília VEICULAÇÃO NACIONAL	21
BLOG DO RONALDO TIRADENTES Arthur elogia tratamento recebido no gabinete de Braga..... VEICULAÇÃO NACIONAL	24
BLOG DO MARCOS SANTOS Governador articula apoio de senadores em defesa da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	25
BLOG DO MARCOS SANTOS Em Brasília, prefeito defende interesses da Zona Franca de Manaus..... VEICULAÇÃO NACIONAL	27

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Mais discussões em torno do <u>ICMS</u> e a <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Até o presidente do MPT-AM, desembargador Davi Alves, como cidadão, saiu em defesa dos 12% de **ICMS** para o **Amazonas**

Manaus, 07 de Maio de 2013

ADAN GARANTIZADO

Davi Alves de Mello, desembargador presidente do TRT (Jornal A Crítica)

As discussões em torno da proposta de unificação da alíquota de **ICMS** continuam a todo vapor na capital amazonense. Por conta da importância da votação dos destaques ao Projeto de Resolução 01/2013, que acontece nesta terça-feira(07) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, autoridades e especialistas locais se empenharam em buscar soluções que impeçam o **Amazonas** de permanecer com a alíquota diferenciada de 12%.

Durante uma sessão que comemorava os 70 anos da CLT e o dia do trabalhador na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), o presidente do Tribunal **Regional** do Trabalho (TRT) da 11ª Região, desembargador Davi Alves de Mello, saiu em defesa da manutenção da **Zona Franca**. Deixando claro que não estava falando em nome do judiciário, mas sim, como cidadão, ele criticou os constantes ataques sofridos dos estados do Sudeste. “É difícil entender por que outros Estados, já evoluídos, avançados, que já têm e produzem tanto pela nação, não nos deixam produzir, não nos deixam integrar este enorme patrimônio chamado Brasil”, disse Mello, que também se posicionou sobre a má distribuição de renda que afeta o país. “Estes benefícios não seriam necessários se os demais Estados se voltassem para nós e se a riqueza nacional fosse mais bem distribuída”, completou.

Para o presidente Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do **Amazonas** (Sindifisco), Joaquim Corado, boa parte dos representantes do Estado em Brasília não conhece a **Zona Franca** de **Manaus** a fundo, o que atrapalha na hora de discutir projetos como o da alíquota unificada de **ICMS**. “O que falta aos nossos parlamentares é conhecimento, é saber de forma concreta as implicações da medida. Primeiro a quem interessa essa mudança? Quem verdadeiramente se beneficiará dela? Com conhecimento integral do assunto – discussões em fóruns nacionais da categoria dos auditores fiscais – posso afirmar que a grande maioria dos estados brasileiros, praticamente todos, são contra a medida de acabar com a guerra fiscal”, frisou Joaquim Corado.

Já o ex-prefeito de **Manaus** e auditor fiscal da Receita Federal, Serafim Corrêa, aproveitou seu blog na Internet para sugerir alguns argumentos para a nota técnica que Governo, Prefeitura e **Suframa** vão usar para defender o **Amazonas** na CAE. “Existe o mito de dizer que a renúncia fiscal da **Zona Franca** de **Manaus** no valor de R\$ 22 milhões é feita em favor de **Manaus**. Mas a verdade é que essa renúncia fiscal é repassada para os consumidores proporcionalmente ao consumo de cada um. Portanto, ela é repassada na razão direta do consumo de cada Estado dos produtos aqui fabricados”, argumentou Serafim. Outro mito, segundo o ex-prefeito é o de dizer que São Paulo é o único estado prejudicado com a redução da alíquota. “A verdade é que essa redução de alíquota prejudica também a indústria da **Zona Franca** de **Manaus** que adquire insumos de São Paulo e os consumidores de produtos paulistas residentes em **Manaus** que os adquirem do **comércio** local”, destacou Serafim Correa.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO AM pronto para a 'briga' do ICMS diferenciado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Omar Aziz e Arthur Neto em reunião com senadores e representantes da indústria local – foto: divulgação

A votação da unificação da alíquota do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado está marcada para esta terça-feira (7) e o **Amazonas** está 'armado' para garantir a alíquota de 12% para as áreas de abrangência da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**.

Munidos de argumentos que comprovam a importância da permanência da tributação diferenciada, o governador Omar Aziz e o prefeito de **Manaus**, Arthur Neto, estão em Brasília para acompanhar a votação do projeto com a bancada amazonense na casa legislativa.

As 'costuras' para a defesa iniciaram no final do mês passado, durante a 262ª Reunião do Conselho Administrativo da **Suframa** (CAS), quando o presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antônio Silva, sugeriu ao governo estadual a elaboração de uma nota técnica para defender os benefícios que garantem a alíquota de 12% do **ICMS** ao Estado.

O assunto se estendeu até ontem (6), em uma reunião com o a bancada amazonense no Senado, em Brasília, onde o documento de defesa foi apresentado.

A nota técnica traz argumentos que buscam desmistificar impressões equivocadas sobre a renúncia fiscal no **Amazonas**. No documento, os números mostram que o Estado é o que mais arrecada tributos federais entre os demais da Região Norte. Em 2012, arrecadou R\$ 8,9 bilhões em impostos para a União, o equivalente a 56,74% do total do Norte. Os demais Estados da região arrecadaram no mesmo período R\$ 6,8 bilhões.

Dos R\$ 8,9 bilhões em tributos pagos à União, o **Amazonas** recebeu de volta, em transferências compulsórias,

R\$ 2,3 bilhões (28,31%). “Portanto, a **Zona Franca de Manaus** é um mecanismo de superação das desigualdades regionais, pois os recursos nela gerados são empregados em todo o país, por meio do **Governo Federal**”, diz a nota.

O documento também demonstra que o **Amazonas** tem participação mínima no produto interno bruto (**PIB**) brasileiro, respondendo por apenas 1,56% do total. Os estudos dos técnicos do governo e da **Suframa** mostram ainda que a atividade econômica no **Amazonas** é tributada 29% a mais que a média nacional, em se tratando de **ICMS**. A participação desse imposto no **PIB** estadual é de 9,29%. Já o **ICMS** de todos os Estados somados tem participação de 7,18% no **PIB** brasileiro.

Após se reunir com senadores e representantes da indústria amazonense, o governador Omar Aziz se mostrou otimista com os rumos que a discussão sobre o projeto relacionado ao **ICMS** tem tomado.

“A tendência é bem favorável ao **Amazonas**. Há uma compreensão por parte dos senadores que a competitividade da **Zona Franca de Manaus** deve ser mantida. Nós fizemos algumas visitas, nos gabinetes, para explicar tecnicamente a importância do modelo e da indústria no nosso Estado. Eu estou muito confiante que essa união de forças representa a luta pelo modelo econômico que temos no **Amazonas**”, afirmou Omar Aziz.

O governador lembrou ainda que a presidente Dilma deixou claro que está ao lado do **Amazonas** em relação à tributação diferenciada.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Amazonas se arma para a votação decisiva, hoje, na 'guerra do ICMS'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

07 Mai 2013 . 07:00 h . Alisson Castro e Rosana Villar .
portal@d24am.com

Governador Omar Aziz, prefeito Arthur Neto, bancada federal e líderes empresariais tentam manter vantagem da **ZFM** no projeto de equalização do **ICMS**.

Manaus - Uma força-tarefa formada pelo governador do Estado Omar Aziz, o prefeito de **Manaus** Arthur Neto, além do **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, Thomaz Nogueira, parlamentares e secretários realizou reuniões com senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A intenção é convencer os parlamentares a manter o alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e **Serviços (ICMS)** em 12% para o Estado do **Amazonas**, medida que beneficia a **Zona Franca** de **Manaus**. A reforma do **ICMS** será votada hoje na comissão.

A 'força-tarefa' do **Amazonas** defende que seja mantida uma proposta do **Governo Federal** de manutenção do percentual para o Estado. Parlamentares de São Paulo defendem o estabelecimento de duas alíquotas apenas, de 7% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de 4% para Sul e Sudeste.

Hoje os encontros com os membros da Comissão continuam e os representantes do Estado acompanharão a votação do Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, que unifica gradualmente as alíquotas de **ICMS** interestadual e mantém a alíquota de 12% para o **Amazonas**.

O governador Omar Aziz (PSD) disse estar otimista quanto à votação de hoje. "A tendência é bem favorável ao **Amazonas**. Há uma compreensão por parte dos senadores que a competitividade da **Zona Franca** de **Manaus** deve ser mantida. Nós fizemos algumas visitas, nos gabinetes, para explicar tecnicamente a importância do modelo e da indústria no nosso Estado. Eu estou muito confiante que essa união de forças representa a luta pelo modelo econômico que temos no **Amazonas**", afirmou.

O prefeito Arthur Neto criticou duramente o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). "O governo de São Paulo fala inverdades sobre a **Zona Franca** de **Manaus**

quando a coloca como vilã . O Estado de São Paulo é tão egoísta que acha que quando uma indústria deixa São Paulo é como se estivesse deixando o País", afirmou.

Durante o encontro com os senadores da CAE, a comitiva do **Amazonas** utilizou argumentos detalhados em uma nota técnica elaborada por técnicos do Governo do **Amazonas** e da **Suframa**.

No estudo constam dados para desmistificar impressões equivocadas sobre a renúncia fiscal no **Amazonas**. No documento, os números mostram que o Estado é o que mais arrecada tributos federais entre os demais da Região Norte. Em 2012, o **Amazonas** arrecadou R\$ 8,9 bilhões em impostos para a União, o equivalente a 56,74% do total do Norte. Os demais Estados da região arrecadaram no mesmo período R\$ 6,8 bilhões.

Dos R\$ 8,9 bilhões em tributos pagos à União, o **Amazonas** recebeu de volta, em transferências compulsórias, R\$ 2,3 bilhões (28,31%). "Portanto, a **Zona Franca** de **Manaus** é um mecanismo de superação das desigualdades regionais, pois os recursos nela gerados são empregados em todo o País, através do **Governo Federal**", diz a nota.

Representantes da indústria estão confiantes

Representantes da indústria e do governo do Estado estão confiantes quanto à aprovação do Projeto de Resolução do Senado que trata da reforma do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e **Serviços (ICMS)** na forma em que está, que assegura a excepcionalidade da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, com alíquota de 12%.

O parecer apresentado pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio Amaral (PT/MS), será votado hoje, às 11h, pela Casa.

A bancada de São Paulo, entretanto, promete realizar uma 'força-tarefa' para tentar impedir que a proposta de três alíquotas seja aprovada. O Estado defende que o **Amazonas** seja enquadrado na alíquota de 7%, juntamente com o Nordeste, Centro-Oeste e os outros Estados da Região Norte. Pelo projeto, os Estados do Sul e Sudeste teriam alíquota de 4%.

Na tarde desta segunda-feira, o **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, Thomaz Nogueira, esteve reunido com representantes da bancada do **Amazonas** em Brasília para discutir como a reforma do **ICMS** afetará a competitividade e sobrevivência do modelo.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antônio Silva, afirmou que, se aprovado como está, o projeto garante a competitividade da **ZFM** e que o setor está confiante quanto à confirmação. “Todos os

representantes da indústria estarão lá, juntos com toda a bancada federal, para torcer pela aprovação. Temos que lutar pelos 12%, para que seja feita justiça”, disse.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco, a disputa política será acirrada, mas o assunto foi bem defendido no Senado.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO SP quer barrar votação de três alíquotas do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Carla Araújo

O governo de São Paulo pretende realizar uma força-tarefa para tentar impedir que a proposta de três alíquotas do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) seja aprovada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Após encontro com representantes sindicais e da indústria, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que o Estado usará "uma estratégia do convencimento" para que a proposta fique somente com duas alíquotas. "O senador Delcídio Amaral (PT-MS), que é o relator da matéria, é aberto ao diálogo", afirmou.

Presente no encontro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que pretendia conseguir até hoje mais assinaturas para defender o pleito paulistano. "Essas emendas foram assinadas pelos três senadores de São Paulo assim como pelos senadores do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina", disse.

Manicômio tributário. Ao criticar à proposta que prevê várias alíquotas do **ICMS** em operações interestaduais, o governador Geraldo Alckmin disse que " a situação é "esdrúxula".

"Nós estávamos tentando caminhar para uma alíquota única, que era de 4%, e agora estamos caminhando para termos três" disse.

Segundo o governador, que lembrou ser favorável à alíquota única de 4%, o Estado de São Paulo, "por circunstâncias políticas", agora trabalha com a possibilidade de duas alíquotas: de 4% de 7%.

"Queremos votar a melhor proposta. Ninguém quer tirar nada de ninguém", afirmou. Para Alckmin, o objetivo da reforma é "simplificar o manicômio tributário" do País. "Não é só uma questão de arrecadação, precisamos preservar a indústria e o emprego", afirmou.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Reforma fiscal pode levar país à guerra civil, diz secretário da Fazenda de SP		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

É um conflito, é guerra. O tamanho das ameaças é muito grande".

Foi dessa forma que o secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, começou a conversa com a Folha, na última sexta-feira.

Ele se referia às discussões da reforma do **ICMS**, no Senado e na Câmara, que devem prosseguir nesta semana.

A reforma do imposto provocará perdas ao longo das próximas décadas a alguns Estados, não a todos. E por isso é tão apaixonada.

Nesta entrevista, Calabi aponta preocupações no horizonte de São Paulo e também os riscos para a indústria brasileira.

*

Como está a reforma fiscal?

É tão grave para o Estado de São Paulo, que eu fico espantado com a baixa sensibilidade pública.

É barra pesada, é um conflito, é guerra. O tamanho das ameaças é muito grande.

É grave só pra São Paulo?

É grave principalmente para São Paulo. O grande perdedor é São Paulo, do ponto de vista da informalidade dos incentivos concedidos. Porque essa informalidade atribui créditos falsos, como se tivessem sido pagos noutro Estado. E que São Paulo paga.

O exemplo mais claro é de uma mercadoria, por exemplo, pela qual você pagaria R\$ 100 de **ICMS**. Você transforma e exporta. A exportação é desonerada, não se paga **ICMS**, porque não se exporta imposto. Portanto recebeu crédito de R\$ 100 [do **ICMS** pago na compra], industrializou e, na hora de exportar, chega aqui na nossa Receita e diz "me dá meu crédito".

Aí eu faço uma auditoria e digo "não, você tem incentivo de R\$ 50".

Então, eu reconheço o crédito de R\$ 50, mas glosso os outros R\$ 50, que você informou em uma declaração falsa. Você disse que pagou R\$ 100, mas não pagou.

Então tem essa queda de braço: se o incentivo dado por um Estado é do dinheiro dele ou do dinheiro meu, digamos assim.

E por que as perdas são principalmente de São Paulo?

Em primeiro lugar, porque ninguém paga os créditos fiscais, só São Paulo.

Como todo fisco, São Paulo não gosta de pagar, gosta de arrecadar.

Zanone Fraissat - 23.abr.13/Folhapress

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, que tenta evitar perdas na negociação sobre **ICMS** O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, que tenta evitar perdas na negociação sobre **ICMS**

O pagamento tem que ser examinado, auditado. Você é mais ágil na liberação de créditos quando eles se destinam a projetos de investimentos. Para pagar máquina e equipamento, eu deixo.

Em segundo lugar, São Paulo é grande. Portanto, quem honra os créditos é São Paulo.

Se mandar crédito contra um Estado pequeno, não tem como.

São Paulo é um terço do **PIB** nacional, 40% do valor adicionado industrial e é cerca de 60% a 70% do volume de vendas.

Então, São Paulo perde muito.

São os R\$ 7 bilhões de que o governador Geraldo Alckmin falou à presidente Dilma?

Os R\$ 7 bilhões é combinação da perda da emenda Delcídio mais a perda do **comércio** eletrônico.

Com **ICMS**, são R\$ 2,344 bilhões no primeiro ano, mas depois sobe para R\$ 4 bilhões, R\$ 6 bilhões, R\$ 5 bilhões ao ano.

São Paulo perde R\$ 55 bilhões. O Brasil perde R\$ 221 bilhões.

R\$ 220 bilhões é quanto o Governo Federal terá que indenizar?

O ressarcimento previsto pela MP 599 é de R\$ 8 bi ao ano. Nós entramos com uma emenda porque achamos que chega a R\$ 12 bilhões.

O que aconteceu foi o seguinte. O ministro Mantega se reuniu com os governadores e fez uma proposta, e o Nelson Barbosa se reuniu com os secretários de Fazenda e fez uma proposta e trabalhou, que é essa

aqui: as alíquotas iam todas para 4%, durante um certo período.

Nós do Sul e Sudeste discutimos quatro anos e o Norte/Nordeste/Centro-Oeste queriam oito anos.

Quando chegou ao Congresso, chegou com um monte de jabutis na árvore.

Alguém botou eles lá.

Quais eram os jabutis?

Os 12% da Zona Franca e do gás. E a trajetória de redução da alíquota na venda de Estados emergentes para avançados teve uma esticada de quatro anos no diferencial de 7% [para produtos com origem em Estados

emergentes) e 4% (para produtos com origem em Estados desenvolvidos)].

Só depois de cinco anos, é que retoma a descendente.

Além de passar para oito anos, aumentou mais quatro: 12 anos. Esta diferença é cara. A assimetria é cara para São Paulo.

O total de perdas do Brasil na proposta de novembro era de R\$ 192 bilhões, portanto achávamos que R\$ 8 bilhões por ano dava. davam.

Para São Paulo, na versão de novembro, a gente até ganhava. Com a nova, a gente perde R\$ 55 bilhões. Por causa do alongamento, mas, mais importante, por causa da assimetria de 7% e 4%.

É pior do que a atual?

Não, é um pouco menor. A assimetria atual é de cinco pontos, a de 7% e 4% tem três de diferença.

É melhor que a assimetria atual mas é pior do que uma alíquota de 4% para todo mundo, que, ao meu ver, acaba com a guerra fiscal.

Então por que o governador diz que é melhor então não fazer reforma, se o 7% e 4% reduzem a assimetria?

Porque o 7% e 4% ainda é assimetria, que permite guerra fiscal. Ainda permite uma série de fraudes e guerra fiscal. E o custo disso é R\$ 8 bilhões ao ano do fundo de ressarcimento vezes 20 anos (R\$ 160

bilhões) mais R\$ 12 bilhões do Fundo de desenvolvimento regional (R\$ 240 bilhões), o que dá R\$ 400 bilhões, quase meio trilhão de reais.

O que o governador disse para a presidenta foi: "Vai gastar meio trilhão para ficar igual? É melhor não fazer nada. Gasta melhor esse dinheiro". De fato é uma sandice.

Então é pior para a União fazer a reforma desse jeito?

Tem algumas considerações para que essa reforma seja boa. Os 7% e 4% são uma derrota do Sul e Sudeste em relação a teses defendidas por Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E aí tem pouco o que fazer, tem que aprender engolir sapo.

Então vocês admitem a assimetria?

Admitimos os 7% e 4%, desde que se refira a projetos industriais.

Da mesma forma que na convalidação [validação de incentivos já concedidos].

Ou seja, você admite uma alíquota diferenciada com a finalidade de estimular os Estados menos desenvolvidos. Porque é correto que se descentralize a produção industrial e que se reduzam as diferenças interregionais de renda. Isso é uma obrigação nacional. E o projeto de desenvolvimento regional é de obrigação do Governo Federal, segundo a Constituição.

É correto que se montem sistemas que reduzam os diferenciais de renda e que estimulem investimentos nos Estados mais pobres e menos desenvolvidos.

Mas tem que ser para projeto industrial.

Por quê?

A questão de limitar ao industrial é limitar fraudes tipicamente comerciais e passeios de nota fiscal.

Tem crescido o número de autuações e fraudes?

Nós estimamos cerca de R\$ 10 bilhões ao ano. Nós detectamos e auditamos cerca de R\$ 2 bilhões, R\$ 4 bilhões, e temos um estoque [montante de glosas, portanto autos de infração já feitos].

Ao fazer um auto de infração, precisa ter informações técnicas e objetivas. Temos R\$ 15 bilhões de glosas de crédito derivadas de passeio de nota.

E tem um enorme número de autos, de benefícios inconstitucionais detectados, que nós já mandamos para o Supremo.

Parte dos benefícios é dado por decretos ou leis editados noutros Estados. Quando percebemos que há um decreto ou lei que dá benefícios sem aprovação do Confaz, isso é base de inconstitucionalidade.

O Supremo já declarou 14 casos ilegais, inconstitucionais. Temos mais 30 adins (ações diretas de inconstitucionalidade) no Supremo.

Portanto, se não passar essa reforma, o risco que todos os Estados correm, principalmente os pecaminosos, é ter uma súmula vinculante.

O diferencial de 7% e 4% ainda permite o passeio de nota. No entanto é menor, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, de fato, é isso ou não é.

Então, vamos trabalhar a partir do fato. Mas há anomalias gritantes, que são os 12% da **Zona Franca** de **Manaus** e os 12% do gás.

Então são os 12% o problema atual da discussão?

Enormemente. O lucro líquido que a empresa tem como proporção do faturamento é de até 5%. Se você puder dar 5% de benefício lá, ela vai atrás do benefício fiscal.

O que está acontecendo no **Brasil** é uma desindustrialização galopante.

O sistema de preços não funciona mais, o **mercado** não está mais operando.

Não é que a empresa é competitiva, consegue ter custo baixo e algum lucro, e portanto vende aquele produto. Às vezes, ela vende porque tem o incentivo fiscal.

As empresas estão plantando incentivo fiscal.

Na indústria automobilística, todo mundo sabe que a fábrica sai de graça. Investimentos de até R\$ 3 bilhões que vem de incentivo fiscal.

Até pouco tempo, era 100% da fábrica. Mas temos caso hoje, no Rio, de 250% do valor do investimento.

Uma montadora faz uma fábrica no Rio, logo depois da fronteira de São Paulo, recebem um financiamento do governo do Rio de 80% do **ICMS** devido, para ser pago em 50 anos, com 30 de carência.

Se fizeram investimentos de R\$ 4,2 bilhões, o tamanho dos benefícios desse financiamento de 80% a perder de vista --portanto praticamente não precisa pagar-- equivale a R\$ 10,5 bilhões, que significa 250% dos R\$ 4,2 bilhões do investimento.

Algum Estado que não tenha indústria automobilística pode dar incentivo para essa empresa. Quanto custa? US\$ 1 bilhão. Mas, se ela não vier, eu só vou cobrar 2 tostões. Se não vier, nem 2 tostões.

Portanto, vale a pena.

São Paulo não pode dar incentivo. Eu não dou para uma empresa, eu dou para um setor. Se eu der para uma, todas as outras que estão aqui há 40/50 anos vão dizer "e eu?".

Teríamos que dar para o setor e dar para o setor é impossível, é muito caro.

Ou seja, o outro pode dar e eu não dou.

Além disso, quando chega aqui, chega com crédito falso.

Aliás, há uma anomalia interessante, a partir da lei Kandir, que diz "vamos deixar de cobrar o **ICMS** das **exportações** para deixá-las mais competitivas e a gente te ressarcir". Mas nunca ressarcir completamente.

São Paulo abriu mão de impostos de **ICMS** de **exportação** de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões por ano, e recebemos ressarcimento de R\$ 400 milhões.

E a questão da **Zona Franca**?

Um ponto interessante é que essa mobilização política do Estado do **Amazonas**, que conseguiu de alguma forma que a presidente coloque os 12% para a **Zona Franca** --porque não estava na proposta técnica-- acaba operando contra a **Suframa**.

Porque os Estados contíguos perceberam que, com tal benefício, se você tem 12%, pode mandar um crédito de 12%. Se você tiver 4%, só pode dar benefício dos 4%. Por que era 4%? Era consenso que todo mundo ia acatar 4%.

Não dá para ter um consenso de todo mundo acatar 7%.

Agora 12% é muito grande o benefício que você pode dar. Pode dar até 12%. Então, vai todo mundo vai para **Manaus**. Não tem mais espaço em **Manaus**.

Adicionalmente, é uma desigualdade nacional. A **Zona Franca** é a terceira maior renúncia fiscal do Orçamento da União.

Quais as outras duas?

A maior renúncia é do Simples nacional, dá cerca de R\$ 30 bilhões por ano. E que beneficia 20 milhões de pequenas empresas. R\$ 1.500 de renúncia por emprego.

A segunda maior renúncia são as isenções de IR, com saúde, educação etc., com R\$ 22 bilhões.

A terceira é a **Suframa**, que são R\$ 22 bilhões também. Para 100 mil postos de trabalho, o que equivale a R\$ 220 mil por ano por posto de trabalho.

É uma loucura, é um absurdo. Se adicionalmente colocarmos essa alíquota de 12%, é um desequilíbrio.

Quem percebeu? Quem iria ter sua industrialização arrasada. Ia afetar o **Brasil** inteiro. A indústria no **Brasil** já está indo para o brejo, haja vista os deficits comerciais e de transações correntes. Há uma desindustrialização e desverticalização muito impressionantes, galopantes. Arrasadoras.

Ia tudo para lá, o benefício é muito grande.

As empresas vão pra lá porque o benefício é muito grande, as empresas vão para lá porque alavanca subsídios, não porque reduz o custo ou tem competitividade.

Quanto mais distante for o **mercado** consumidor, como São Paulo, maior é o custo de transporte. Então, pode dar benefícios e ir para **Manaus** para produtos com maior densidade tecnológica e peso relativamente menor. O máximo a que se chega é moto, não chega a carro.

Mas todos os que estão mais perto, começando pelos demais Estados na região Norte, passando por Maranhão, Piauí etc., estarão arrasados.

Quem estava brigando? Em primeiro lugar, o Pará. É uma assimetria, é um desequilíbrio de benefícios entre o **Amazonas** e o Pará.

Historicamente já é, e se agravaria.

Em segundo lugar, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre disseram não dá e pediram 12% também para as demais áreas de livre **comércio**.

São oito áreas de livre **comércio**. Então elas podem **importar** alguma coisa, maquila e vende para São Paulo, e traz um crédito de 12%.

A multiplicação dessas áreas é pior?

É muito pior para a indústria nacional, é pior para o **desenvolvimento** nacional.

Acaba a indústria, nós viramos duty-free. É ruim também para a **Zona Franca** de **Manaus**.

No meu entendimento, abriu um risco para a **Suframa** que ninguém conseguiu colocar a não ser ele. Foi um tiro no pé. Mas, quando o Romero Jucá entrou com a emenda que estendia para todas as áreas de livre **comércio**, ele não tinha como dizer não.

Disseram "É só para **Amazonas**? Para todos seus amigos, seu vizinhos, com quem ele tem a liderança não?".

O Pará entrou com uma emenda contra, do senador Flexa Ribeiro, dizendo "se você me manda com 12% eu também quero te mandar com 12%".

Estranhamente só usou um com outro, mas não com o Sul.

As outras áreas de livre **comércio** podem mandar para todas os Estados.

Em todo caso, é uma enorme distorção, que se espalhou para outras áreas de livre **comércio**, que já são um horror há muito anos.

Essas zonas são um problema. Eu me lembro de quando estive no **Ministério** do Planejamento, a gente fixava a cota de **dólar** que cada área de livre **comércio** poderia **importar**. Especialmente quando o **dólar** tinha um ágio diferente, esse era o começo do benefício da **Suframa**.

Eram cotas de **importação** pelo **dólar** oficial, que, portanto, limitavam o valor das **importações**.

Você dá uma cota de **dólar**, mas exigia alguma transformação industrial.

Dizia "não venha aqui só maquilar, com incentivo federal, para **exportar** para o resto do mundo. Você tem que ter alguma transformação industrial, tem que ter emprego". O benefício fiscal é da **Suframa**, de que eu reconheço a importância, é válido, eu justifico ao máximo. É um bom instrumento de **desenvolvimento regional**.

Mas, na tentativa de exacerbar esse instrumento, exagera, fica inconstitucional.

O justo, na sua opinião, seria ficar 7% e 4%?

Sim, como hoje é 12% e 7%, a **Zona Franca** fica com 12%. No mundo de 7% e 4%, fica com 7%.

O gás, no mundo de 7% e 4%, fica com 7%.

O gás paga no destino, então deveria pagar em São Paulo. No entanto, Delcídio do Amaral inventou uma "descida" jurídica do gás no MS para pagar **ICMS** lá.

A transportadora boliviana de gás vende para a BR Distribuidora do MS.

O gás está lá no tubo e vem para São Paulo, mas a nota fiscal é emitida no MS e, portanto, paga **ICMS** lá.

É o maior pagador de **ICMS** do Estado.

Então, essas anomalias... O **Governo Federal** que contribua para dar o apoio ao **Amazonas** e ao Mato Grosso do Sul, que, por decisão explícita da proposta, julga que é **importante** dar.

Mas não pode dar de um jeito que destrói a indústria nacional, que já está bastante ameaçada.

O senhor falou em anomalias...

É atribuição do Senado a redução de alíquotas estaduais, mas estão dizendo "depende da Câmara criar o fundo de **desenvolvimento**". Está subordinando atribuição do Senado, sua autonomia, à decisão da Câmara.

Há gente no Senado dizendo que isso não é normal, bem como na Câmara há quem diga que não se pode haver subordinação.

Caso perca, São Paulo pode questionar no STF a tramitação da lei?

Claro. Mas depende sempre da análise da PGE, claro.

Dado que no Senado São Paulo é minoria absoluta, não tem como ganhar essa batalha, certo?

Não tem. No voto não tem.

Então qual é a alternativa?

O convencimento da realidade nacional e defesa do Brasil, junto à presidente.

Eu acho que a última instância é a presidente.

E também por análises técnicas muito bem formuladas. O Nelson Barbosa, que dedica muito tempo ao tema, e o Mantega também, acompanham direitinho.

O Nelson Barbosa é um elemento que conhece analiticamente em detalhe todas essas questões no governo, mas evidentemente é uma questão do **Governo Federal**.

Eu acho que o **Governo Federal** deverá tirar esse jabuti que alguém colocou lá.

O jabuti são os 12%?

Sim.

São um bode na sala?

Não. Eles querem isso mesmo. Salvo esse impacto que esses 12% tiveram na emenda do Romero Jucá.

Mas essa é uma parte da questão. Porque na outra parte você tem toda a discussão sobre a unanimidade da decisão do Confaz e a quebra de unanimidade. O "não" é inaceitável, é guerra civil. Sem meias palavras. O Sarney diz que dá secessão.

A quebra da unanimidade para a remissão das dívidas, para a convalidação é razoável. Para a convalidação do passado, tem muito consenso, nem precisava de lei. Tudo o que pecou para trás tudo bem, mas há quem diga mas eu estou contratado a continuar pecando por mais 10 anos, 20 anos.

Bom, aqui onde tem base industrial e emprego, pode convalidar. No entanto, tem proposta para convalidar também o benefício comercial, que é aquele que permite o passeio de notas. E aí é mais complicado.

Esses R\$ 15 bilhões que eu tenho de glosa viram pó. Também é difícil cobrar, fica enrolando na Justiça.

O senhor defende convalidar também para o futuro?

Somente para casos industriais.

No fundo, você convalida todos os benefícios dados até 30 de dezembro do ano passado e que valem até 30 de dezembro deste ano.

Em relação às dívidas, passa de IGP mais 6% para Selic ou IPCA mais 4%, o menor dos dois. Hoje iria para a Selic. A redução da taxa de juros reduz a velocidade de crescimento do estoque da dívida.

Mas o senhor está falando de rever o cálculo da dívida também para o passado?

Sim, para o passado.

Vocês falaram disso com a presidente?

Falamos.

E ela topou?

Não.

Ninguém quer rever o passado. Sem rever o passado dá?

Acho que dá pra pensar num desconto no estoque da dívida. Você pode abrir mão de um pedaço. O Tesouro tinha um crédito de 100 e fica com um crédito de 70. A dívida aumentou. Mas os Estados abatem os 30. Do ponto de vista de dívida líquida tanto faz.

No entanto, dar o desconto é insuficiente. Pode ajudar São Paulo, mas do ponto de vista do comprometimento não muda. A emenda do Eduardo Cunha está tendo o sentido de dar o desconto da dívida e dar o desconto correspondente no comprometimento.

Essa questão da dívida é muito **importante**.

Mas o desconto da dívida é um perdão? O governo abriria mão?

É uma mudança da dívida, uma redução, uma repactuação do contrato.

E a parcela de 13% cairia para quanto?

Depende do tamanho da dívida de cada um. No caso de São Paulo, não fizemos contas, mas, no chute, pode diminuir para 10%.

O senhor tem ideia de quanto isso abriria de recursos?

Os 13% são US\$ 15,6 bilhões. Se baixar para 10%, são US\$ 12 bilhões. É uma diferença de US\$ 3,6 bilhões.

Concomitantemente há discussões de **comércio** eletrônico.

O custo do **comércio** eletrônico é o complemento dos US\$ 7,1 bilhões.

Por que discutir o **comércio** eletrônico agora?

Porque passou pela CAE e está parado na Câmara, parado. Enquanto não houver uma solução, queremos que a discussão seja ampla, não só do **comércio** eletrônico. Há um custo enorme para São Paulo. O **comércio** eletrônico cresce R\$ 5 bilhões ao ano. Neste ano, estamos estimando em R\$ 31 bilhões. A Constituição diz de forma cristalina que a venda interestadual para não contribuinte (pessoa física) paga o **ICMS** na origem. Suponha que um produto normal, sem ser

comércio eletrônico, que paga 17% de **ICMS**, vá para o Rio: ficam 12% em São Paulo e 5% no Rio. Quando vai para o Nordeste, ficam 7% em São Paulo e 10% lá. No **comércio** eletrônico, fica tudo em São Paulo.

Do jeito que está aumentando, fica injusto, porque o grosso das empresas de **comércio** eletrônico estão em São Paulo e no Rio. Os outros Estados querem compartilhar. Dizem que vão fazer barreira na entrada e, se não pagar 10% na entrada, não deixam entrar. Tudo bem, é justo, mas tem que ser no âmbito da reforma tributária geral. Passou pela CAE, na discussão da reforma tributária, e depois a reforma veio com os jabutis.

A estratégia da bancada de São Paulo vai ser discutir tudo em bloco?

Não só da bancada de São Paulo. Mas todas as peças estão no tabuleiro.

É preciso mexer. E **comércio** eletrônico é uma delas. O fato é que, para São Paulo, a perda com o **comércio** eletrônico é muito grande no primeiro momento.

Por isso, o Estado quer incluir essa perda no ressarcimento no fundo, pois essa perda não estava contemplada.

Duras negociações com o **Ministério** da Fazenda. Eles aceitaram, mas só no âmbito da redução que estamos promovendo, de 12% para baixo. Ou seja, a primeira grande perda, de R\$ 2,2 bilhões, no ano que vem, é passar de 18% para 12%. Ao partilhar, já perco ao passar de 18% para 12%, uma grande perda inicial que eles não querem ressarcir nem negociar.

E o problema aqui é que não é só **comércio** eletrônico, tem também showroom, venda com catálogo, venda não presencial.

E há outros não contribuintes, como bancos, construção civil não são contribuintes. Quando você vende um móvel para uma agência bancária em outro Estado, um arquivo de aço para Fortaleza, como ele é não contribuinte você paga os 18% aqui. E eles querem compartilhar também.

Por isso o impacto é muito grande para São Paulo.

É a soma da perda com a redução da alíquota, mais a perda do **comércio** eletrônico que dá R\$ 7 bilhões ao ano. E que é muito. A gente investe R\$ 20 bilhões no máximo, menos do que a gente gostaria. R\$ 7 bilhões é quase metade do investimento! E ainda tem o FPE, em que os Estados do Sul e do Sudeste têm uma parcela muito melhor.

É um horror. Também não dá pra estuprar São Paulo de forma impune. Há coisas complicadas e inconstitucionais. É grave a situação nacional, é grave. Essa questão está acabando com o Brasil. Estamos beirando guerra civil, estamos beirando causa de secessão a longo prazo.

Nós estamos desorganizando.

Por outro lado, a contraparte também é verdade: é uma enorme oportunidade. É um grande momento. As coisas estão na mesa, temos bons interlocutores no **Governo Federal**, temos bons trabalhos técnicos. Os Estados estão carentes de investimento.

Se houvesse uma política nacional de **desenvolvimento regional**, que falta, organizaria todos esses recursos. Hoje recebemos um senador aqui, a carência de estrutura é chocante, é muita coisa pra fazer:

portos, aeroportos, estradas de ferro, saneamento, estradas. Temos dinheiro, temos engenharia, sabemos fazer.

Qual a possibilidade de os Estados do Sul e do Sudeste se articularem?

Estamos articulados. Todas as posições que levamos são unânimes. E temos outros junto: Pará. Distrito Federal. Pernambuco já tem gente entrando. Em Goiás, o Armando Monteiro, em seu discurso na CAE, foi muito razoável. O pronunciamento do Ronaldo Caiado na comissão mista.

São duas coisas: é um momento muito especial, muito **importante**. No meio de questões de competitividade que o **Brasil** está perdendo.

Fizemos uma transformação do papel do Estado de produtor para regulador, e as agências regulatórias estão indo à breca. O bloco petróleo e gás está constringido em sua capacidade de investimento, por causa do sistema, da partilha do pré-sal, da Petrobras, combinado com a demagogia de classe média que segura o preço da gasolina. Idem no sistema elétrico. A Eletrobras tinha um potencial de investir que foi absolutamente reduzido, por conta de tentar um preço mais barato de energia elétrica.

Essa sensibilidade com preços públicos se espalha, não aumenta preço de ônibus, de metrô. Constrange nossas agências regulatórias com preços de tarifas de água e saneamento, de pedágio.

Estamos falando aqui de **Governo Federal**?

Sim, mas no fundo há uma percepção, uma contradição. O **Governo Federal** não consegue investir tanto quanto pode

ou quanto há demanda, portanto precisa contar com o setor privado.

Mas concomitantemente está desfazendo contratos, regras, fica inventando. Diz "pode investir em ferrovias que compramos toda a capacidade de carga". Quem compra? A Valec? Por sete ou oito presidentes diferentes, você acredita? Nem a pau!

Aqui, em que temos grande experiência e base de honrar contratos, já todos ficam... porque não é só São Paulo, é Brasil.

Estamos contraditoriamente mostrando que precisamos mobilizar capital privado não só pra trazer recurso, mas capacidade de gestão, e ao mesmo tempo puxamos o tapete e criamos incertezas jurisdicionais impressionantes, junto com a perda de competitividade.

O **Brasil** está sendo visto como intervencionista, sendo confundido com Argentina e Venezuela. O eixo andino é que é o queridinho dos **mercados** financeiros, mobiliza recursos para investimento. México, Peru, Colômbia, Chile. E nós contra. Todo mundo cresce 3%, 4% e nós, menos de 1%.

Os EUA estão recuperando sua competitividade industrial, com energia barata do shale gás etc. Mesmo na indústria automobilística, comparando com a China e o México. E nós estamos cobrando **ICMS** do gás a mais! Está desmoronando, esfarelado a competitividade brasileira.

Então agora a bola está no pé da presidente Dilma?

É muita negociação com o **Ministério** da Fazenda. O **Ministério** foi **importante** para os resultados das negociações. No entanto, na hora que passou a bola no meio das pernas, deveriam ter fechado, defendido melhor.

Se a solução for desastrosa a alternativa é recorrer ao Supremo?

Sem dúvida. Já tem essa questão que está mobilizando os governadores todos. A ameaça de uma súmula vinculante é forte. Quando o Supremo declarou inconstitucional um determinado incentivo, todo o **ICMS** que deixou de ser pago deveria ser pago. Isso é um esqueleto de R\$ 220 bilhões, se tudo o que está ilegal hoje tiver o **ICMS** do passado cobrado.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Alckmin diz que reforma do <u>ICMS</u> desindustrializa país e cria 'cidades duty free'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Cristiane Agostine e Raphael Di Cunto | De São Paulo

Ao lado da presidente Dilma Rousseff, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), atacou a projeto de lei de reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deverá ser votado hoje no Senado. Alckmin criticou a criação de três alíquotas diferentes para os Estados, disse que o país corre o risco de se desindustrializar e afirmou que, se o texto for aprovado, estimulará a guerra fiscal. O governador reclamou, ainda, da criação de "cidades duty free", em referência à Zona Franca de Manaus.

Alckmin disse estar preocupado com a proposta de reforma e se reuniu ontem com congressistas na sede do governo paulista para tentar mudar a proposta. O tucano já havia se reunido com Dilma na semana passada, para articular a mudança no texto, resgatando o teor da proposta enviada pelo Governo Federal ao Congresso.

"O Brasil não pode ter cidades "duty free" e se desindustrializar", afirmou Alckmin ontem, pela manhã, ao participar da cerimônia de posse dos novos diretores e conselheiros da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, na capital paulista.

A proposta que está em discussão no Senado fixa as alíquotas interestaduais do ICMS em 4% e 7%, sendo esta última para os produtos industrializados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, submetidos ao processo produtivo básico (PPB), além dos produtos agropecuários também dessas regiões. O texto prevê alíquota interestadual de 12% para os produtos da Zona Franca de Manaus. Esse benefício foi estendido para outras sete áreas de livre comércio.

Os Estados do Sul e do Sudeste queriam unificar a alíquota do ICMS em 4%, como também desejava o governo inicialmente.

O texto aprovado em comissão do Senado fixa também em 7% a alíquota interestadual do ICMS incidente sobre o gás natural do Sul e Sudeste destinado ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nas demais operações com o gás, a

alíquota será de 12%. Os Estados do Sul e Sudeste queriam que as alíquotas do gás fossem unificadas em 7%.

Alckmin disse que vai centrar esforços para evitar que seja criada uma terceira alíquota de ICMS que beneficie a Zona Franca de Manaus e outras sete regiões em detrimento dos Estados do Sul e Sudeste.

"Ninguém quer tirar nada da Zona Franca. Ela já tem R\$ 22 bilhões por ano de renúncia fiscal, de IPI, Imposto de Renda, Pis, Cofins, imposto de importação. O que não se quer é aumentar uma diferença do ICMS, que pode desestruturar cadeias produtivas das regiões Sul e Sudeste", afirmou Alckmin, após reunir-se no governo paulista com representantes de sindicatos de trabalhadores e empresários e parlamentares do PT e PSDB.

O governador disse ainda que parte da produção da Zona Franca de Manaus virá de importação, o que vai causar mais desemprego. "Sempre defendemos 4%. Uma só alíquota para o país inteiro, que é o correto. Mas, tendo em vista a circunstância política, entendemos que 4% e 7% é melhor do que 12% e 7%. Agora, o que não pode é ter três alíquotas", disse Alckmin.

Mesmo sem um consenso, os destaques ao relatório da proposta de resolução que trata da unificação da alíquota do ICMS, serão colocados em votação amanhã. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que a votação não será concluída hoje.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reuniu hoje com os senadores petistas Lindbergh Farias (RJ), Walter Pinheiro (BA) e Delcídio Amaral (MS) para costurar os últimos detalhes para garantir a apreciação dos destaques sem que ocorram grandes mudanças em relação ao texto base do senador Amaral. A proposta do governo está mantida e os pontos polêmicos terão que ser resolvidos, ponto a ponto, na negociação entre senadores e Estados.

"O governo fez sua parte ao construir acordo no relatório do Delcídio. Os Estados defendem interesses. Pode acontecer qualquer coisa nas negociações", frisou Lindbergh, que é o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Segundo Farias, os destaques foram separados em seis blocos. O primeiro entrar em pauta será o da **Zona Franca** de **Manaus**. A alíquota de 12% desagradou os senadores do Sul e Sudeste. Os outros pontos são: informática, gás, ampliação da alíquota de 7% para o setor do **comércio** e agrícola, além das alíquotas intrabloco e os prazos para implementação. (Colaboraram Edna Simão, Lucas Marchesini e Ribamar Oliveira, de Brasília)



VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
TÍTULO CAE discute alíquotas para <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> na reforma do <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Da Redação

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começaram pelas regras tarifárias da **Zona Franca** de **Manaus** a discussão de 14 destaques ao projeto de reforma do **ICMS** interestadual. O projeto (PRS 1/2003), de iniciativa do Executivo, foi aprovado em 24 de abril e neste momento os senadores discutem as emendas destacadas.

A **Zona Franca** de **Manaus** está entre as exceções previstas no texto-base do relator, Delcídio Amaral (PT-MS), aprovado na CAE e que prevê regra geral de redução de alíquota até 4%. Para o **Pólo Industrial** de **Manaus**, o relator manteve a alíquota atual de 12%.

Conforme sugestão do presidente da CAE, senador Lingbergh Farias (PT-RJ), os destaques serão votados em cinco blocos: **Zona Franca** de **Manaus**, projeto produtivo básico, gás natural, **comércio** intra bloco, condicionalidades para vigência das novas regras e Informática.

Em emenda autônoma, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes ferreira (PSDB-PT) propõem alíquota de 7% para a **Zona Franca** de **Manaus**. Senadores da Região Norte, como Eduardo Braga (PMDB-AM) e Romero Jucá (PMDB-RR), defendem a manutenção dos 12%.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO CAE mantém 12% de alíquota de <u>ICMS</u> para produtos da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Da Redação

Os produtos da Zona Franca de Manaus poderão manter a atual alíquota de 12% de ICMS, como exceção em reforma que reduz a 4% alíquotas interestaduais de mais de 90% das transações no país (PRS 1/2013). A manutenção da regra atual para o Polo Industrial de Manaus foi aprovada há pouco, por 16 votos a 9, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após mais de duas horas de debates. Este foi o primeiro de 14 destaques apresentados ao projeto de reforma do ICMS que estão na pauta da CAE. Depois de concluídas as votações na CAE, o projeto vai a Plenário.

O texto-base do relator Delcídio do Amaral (PT-MS) para a reforma, já aprovado na CAE, prevê como regra geral e para a maioria dos produtos uma alíquota de 4%, que passaria a valer para Sul e Sudeste em 2016 e para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, em 2021.

A Zona Franca de Manaus está entre as exceções previstas, que incluem ainda o gás natural, com alíquota também de 12%, e produtos industrializados, beneficiados e agropecuários que saem do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo para os demais estados, com 7%.

Os destaques ao texto base estão sendo discutidos por bloco. Após a decisão sobre a Zona Franca de Manaus, os senadores da CAE discutem o processo produtivo básico e em seguida tratam do gás natural, regras de comércio intra bloco, condicionalidades para vigência das novas regras e informática.

Mais informações a seguir

	VEÍCULO ASSESSORIA SUFRAMA	EDITORIA
	TÍTULO Estudo da <u>SUFRAMA</u> e Sefaz embausa defesa da <u>ZFM</u>	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Texto: Junha Januária/Fábio Alencar

Em reunião na tarde desta segunda-feira (6), no gabinete do líder do Governo, senador Eduardo Braga, o governador do **Amazonas**, Omar Aziz, o prefeito de **Manaus**, Arthur Neto, o **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, o secretário de Estado da Fazenda do **Amazonas**, Afonso Lobo e representantes da bancada federal do Estado, discutiram o teor do estudo feito por técnicos da **SUFRAMA** e Sefaz-AM, com dados sobre a **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, que deve embasar a classe política na defesa do modelo de **desenvolvimento** do **Governo Federal**.

Intitulado "**Zona Franca** de **Manaus**, Mitos e Verdades", o estudo foi elaborado para rebater documentos divulgados no Senado e replicados em grandes veículos de comunicação do Sudeste que, segundo o **Superintendente** da **SUFRAMA**, contêm "erros factuais, omissões relevantes e interpretações equivocadas ou de má-fé que, repetidos a exaustão querem assumir foros de verdade".

O documento da **SUFRAMA/Sefaz** começa relembando o objetivo original da **ZFM**, de integrar e ocupar a **Amazônia**, e reforça o caráter ambiental do modelo, que permitiu a preservação de mais de 90% da floresta amazônica em pé. Também relembra que, graças à **ZFM**, foi permitido diminuir as desigualdades sociais na região. No entanto, é no aspecto econômico que o estudo contrargumenta as teses recentemente levantadas contra o modelo, de que é oneroso para a União e os demais Estados da Federação. "Continuam insistindo em pintar a **Zona Franca** como um paraíso fiscal, onde se concede benefício e o retorno é baixo para o país. Em primeiro lugar, a **ZFM** não é o único modelo de **desenvolvimento** baseado em incentivos no país. Em segundo lugar, a **ZFM** não é baseada em financiamento público e sim em benefício fiscal, concedido unicamente para quem produz. E em terceiro lugar, graças a **ZFM**, o **Amazonas** responde por quase 60% de tudo que é arrecadado em impostos federais no Norte do Brasil, e só fica com pouco mais de R\$ 2 bilhões, deixando quase R\$ 6,5

bilhões para divisão entre os demais entes federativos", explicou Thomaz Nogueira.

Votação do **ICMS**

Nesta terça-feira (7), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vota as emendas ao projeto que mantém uma alíquota de **ICMS** interestadual de 12% para a **ZFM** e existem riscos de que esta excepcionalidade seja retirada.

Após a reunião no gabinete do senador Eduardo Braga, o governador Omar Aziz disse que, na votação das emendas desta terça, a tendência é favorável ao **Amazonas**. Para Eduardo Braga, "o **Brasil** é um país de dimensão nacional e nós estamos a favor do trabalhador brasileiro, a favor da indústria nacional, não apenas da indústria paulista. Queremos um acordo que possa garantir emprego e renda para o povo do **Amazonas**". Também presente à reunião com a bancada política, o prefeito de **Manaus**, Arthur Neto afirmou que nesse momento não há diferença partidária. Segundo ele, há um peso federativo na decisão a ser tomada, o que tem para todos um peso econômico muito grande.

O estudo da **SUFRAMA/Sefaz** aborda o peso econômico, mas também destaca as contrapartidas econômicas e sociais do benefício do **ICMS** na **Zona Franca** de **Manaus**. Na listagem das contrapartidas, o estudo lembra que a Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA), presente em todos os municípios do Estado, não existiria sem os recursos das indústrias da **ZFM**. Também alerta que boa parte das empresas presentes na **Zona Franca** sequer estaria no **Brasil** se não fossem os incentivos do modelo e que o custo de sua manutenção, para o País, é bem mais baixo que outras iniciativas de indução do **desenvolvimento**, como os empréstimos públicos, cuja maior parte do desembolso é feita justamente para São Paulo que, teoricamente, não precisaria deste tipo de benefício da União.

Geração de empregos no Polo Industrial de **Manaus** e o impacto deles para o restante da economia, bem como os custos logísticos de se produzir longe dos centros consumidores também fazem parte do estudo, que foi resumido em um corpo a corpo com os senadores da CAE na segunda e deve prosseguir durante a votação das emendas nesta terça.



VEÍCULO AMAZÔNIA NOTÍCIAS	EDITORIA	
TÍTULO Vanessa Grazziotin lidera uma comitiva ao gabinete do senador Eduardo Suplicy para fazer um apelo ao modelo <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

07 Maio 2013

A senadora Vanessa Grazziotin leva **Superintendente** adjunto da **Suframa**, José Adilson Vieira de Jesus e o presidente da CUT, Valdemir Santana ao gabinete do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na tentativa de argumentar o modelo **Zona Franca** de **Manaus**. Suplicy é autor de quatros destaques que estão neste momento sendo apreciados na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e que afeta

diretamente o modelo **ZFM**. O estado de São Paulo, bem como a bancada paulista está empenhada em reduzir o percentual em 12% aplicados hoje à **Zona Franca**.

A iniciativa da senadora, com o apoio do senador Alfredo Nascimento PR-AM, é tentar sensibilizar o Suplicy aos mais de 400 mil empregos que são gerados pela **Zona Franca**.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Senado: Começa votação da Alíquota do <u>ICMS</u>, Omar e Artur são convidados a sentar a Mesa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Começa agora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a votação dos 14 destaques na reforma das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**. Os temas serão em bloco e a primeira discussão será o destaque do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em instantes, maiores informações.

Governador do **Amazonas**, Omar Aziz (PSD) e o prefeito Artur Neto (PSDB) acabam de ser convidados a sentarem a Mesa da Comissão. Artur foi chamado carinhosamente de "nosso senador", pelo presidente da Comissão, senador Lindberg Farias (PT-RJ).

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Governador Omar Aziz articula apoio de senadores em defesa da <u>Zona Franca de Manaus</u>, em Brasília		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Publicado em Terça, 07 Maio 2013 04:32

O governador Omar Aziz afirmou nesta segunda-feira, em Brasília (DF), que em conjunto com deputados e senadores do **Amazonas**, o prefeito de **Manaus**, Arthur Neto, e técnicos da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, está trabalhando no convencimento dos senadores de que a diferenciação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** para o **Amazonas** não prejudicará a competitividade dos demais Estados. Omar Aziz vai acompanhar, nesta terça-feira, 7 de maio, a votação no Senado Federal do Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, que unifica gradualmente as alíquotas de **ICMS** interestadual e mantém a alíquota de 12% para o **Amazonas**.

A presidenta Dilma já deixou muito claro, na conversa que tive com ela na última sexta-feira, que apoia essa alíquota diferenciada. Ela é uma grande aliada nesse momento, porém essa é uma decisão terminativa no Senado porque se trata de uma resolução. Caso a gente não consiga isso no Senado ela não tem nem como vetar. Essa é a nossa preocupação e é nisso que estamos trabalhando hoje", destacou o governador.

Durante a tarde desta segunda-feira, em Brasília, Omar Aziz reuniu-se, no gabinete da Liderança do Senado, com os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin, os deputados Silas Câmara e Átila Lins, o prefeito Arthur Neto, o **Superintendente da Suframa**, Thomaz Nogueira, e o secretário estadual de Fazenda, Afonso Lobo, para fortalecer a estratégia de convencimento dos senadores.

"A tendência é bem favorável ao **Amazonas**. Há uma compreensão por parte dos senadores que a competitividade da **Zona Franca de Manaus** deve ser mantida. Nós fizemos algumas visitas, nos gabinetes, para explicar tecnicamente a importância do modelo e da indústria no nosso Estado. Eu estou muito confiante que essa união de forças representa a luta pelo modelo econômico que temos no **Amazonas**", afirmou Omar Aziz.

Na reunião no gabinete da Liderança do Senado, o governador falou, ainda, por telefone, com os senadores Lindbergh Farias (PT) e Humberto Costa (PT), entre outros parlamentares integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Percorrendo os corredores do Senado Federal, Omar Aziz conversou também com os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB), Pedro Taques (PDT), José Agripino (DEM), Cristovam Buarque (PDT) e Valdir Raupp (PMDB). De acordo com Omar Aziz, as conversas foram positivas e a expectativa é que a maioria dos senadores vote a favor do **Amazonas**. "Pelas conversas que tivemos, na CAE temos um indicativo de maioria favorável a esse destaque do projeto que mantém a alíquota de 12% para o nosso Estado. De 27 titulares na comissão, entre 17 e 18 indicam estar do nosso lado", ressaltou.

Argumentos - No corpo a corpo com os parlamentares do Senado, o governador e a bancada do **Amazonas** utiliza argumentos detalhados em uma nota técnica elaborada por técnicos do Governo do **Amazonas** e da **Suframa** na última semana.

A nota técnica traz argumentos que buscam desmistificar impressões equivocadas sobre a renúncia fiscal no **Amazonas**. No documento, os números mostram que o Estado é o que mais arrecada tributos federais entre os demais da região Norte. Em 2012, arrecadou R\$ 8,9 bilhões em impostos para a União, o equivalente a 56,74% do total do Norte. Os demais Estados da região arrecadaram no mesmo período R\$ 6,8 bilhões.

Dos R\$ 8,9 bilhões em tributos pagos à União, o **Amazonas** recebeu de volta, em transferências compulsórias, R\$ 2,3 bilhões (28,31%). "Portanto, a **Zona Franca de Manaus** é um mecanismo de superação das desigualdades regionais, pois os recursos nela gerados são empregados em todo o país, através do **Governo Federal**", diz a nota.

O documento também demonstra que o **Amazonas** tem participação mínima no **PIB** brasileiro, respondendo por

apenas 1,56% do total. Os estudos dos técnicos do Governo e da **Suframa** mostram ainda que a atividade econômica no **Amazonas** é tributada 29% a mais que a média nacional, em se tratando de **ICMS**. A participação desse imposto no **PIB** estadual é de 9,29%. Já o **ICMS** de todos os Estados somados tem participação de 7,18% no **PIB** brasileiro.

Contrapartidas – Além de defender que a **Zona Franca** de **Manaus** não é paraíso fiscal, os argumentos em defesa do modelo incluem a contrapartida que as empresas devem cumprir para receber os incentivos fiscais do **ICMS**, como a contribuição para três fundos estaduais voltados ao fomento das áreas de educação, turismo e **desenvolvimento** econômico. Entre os fundos, destaca-se o que é destinado à manutenção da Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA). As três contrapartidas somaram em 2012 recursos da ordem de R\$ 1,120 bilhão, o equivalente a 16,93% de carga tributária adicional ao **ICMS**.

Distorções – Entre os argumentos de defesa do modelo **ZFM**, o Governo do **Amazonas** aponta, ainda, que a renúncia fiscal praticada no país tem funcionado como concentradora das atividades econômicas, privilegiando as regiões mais desenvolvidas. As regiões mais carentes do país são ainda as menos atendidas pelas políticas fiscais de desoneração. Exemplo disso é que a região Sudeste, em 2012, foi responsável por 48,4% da renúncia fiscal do país, um total de R\$ 70,6 bilhões.

A distorção se estende ainda à aplicação de recursos para indução do **desenvolvimento regional**, que também é concentrada nas regiões mais ricas do país. O Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) destinou a investimentos no Estado de São Paulo recursos de R\$ 81,1 bilhões no ano passado, mais que o triplo destinado aos Estados da região Norte do país.

Impacto social e ambiental – A geração de postos de trabalhos formais no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**), da ordem de 120 mil empregos diretos; os empregos indiretos tanto no **Amazonas** quanto em São Paulo, principal **mercado** consumidor dos produtos aqui fabricados; e a própria dinâmica da atividade econômica também são argumentos usados em defesa da **Zona Franca** de **Manaus**.

Na área ambiental, o estudo dos técnicos do Governo do Estado e da **Suframa** aponta que quanto mais cresce o **PIB** do **Amazonas** menor tem sido o impacto no desmatamento. De 2003 a 2009, o desmatamento teve redução de 73,94% no **Amazonas** e o **PIB**, aumento superior a 82%.

“Desmatamento significa emissões de carbono para a atmosfera e perda dos princípios ativos do banco genético, fonte de oportunidades sustentáveis de **produção** de fármacos, cosméticos e alimento. As fontes de emissões do **PIM** são os combustíveis fósseis, que são bem menores do que as emissões pelo desmatamento e que estão sendo substituídas por gás natural e energia hidrelétrica de Tucuruí”, aponta o estudo.

Competitividade – A nota elaborada pelos técnicos do Governo do Estado e **Suframa** aponta que, na questão da competitividade, a proposta de reforma do **ICMS** acaba beneficiando os Estados que vendem insumos para a **ZFM**. Como as operações de venda para a **ZFM** são isentas, com obrigação de dedução do valor que seria devido de imposto, mais recursos ficarão nos Estados de origem. Se a dedução do **ICMS** nos Estados de origem no Sudeste, por exemplo, é de 7% nas operações com a **ZFM**, com a reforma, passará a ser de 4%.

Em uma simulação com São Paulo, o maior parceiro comercial do **Amazonas**, se a indústria paulista vender R\$ 13,7 bilhões para a **ZFM** terá dedução de R\$ 963 milhões, com a alíquota atual de 7%. Com a alíquota de 4%, a dedução seria de R\$ 550 milhões, aproximadamente, o que significa que São Paulo teria um ganho de R\$ 412 milhões se comparado com o cenário atual.

Por outro lado, com a redução da renúncia na origem, haverá um aumento da carga tributária da **ZFM** nas aquisições de insumos. “O crédito presumido de **ICMS** – equivalente ao imposto que seria pago na origem - a que hoje faz jus a indústria e o **comércio** da **Zona Franca** será reduzido. Portanto o mecanismo de reduzir as alíquotas em direção a **ZFM**, traz ganhos aos Estados remetentes e reduz a competitividade da **ZFM**. Não há como minorar esse dano”, aponta o documento.

Os técnicos apontam, por fim, que qualquer redução na alíquota de 12% de **ICMS** do **Amazonas** significará redução drástica de competitividade, principalmente porque é este incentivo que acaba por compensar desvantagens geográficas

e logísticas da **ZFM**. A nota lembra, ainda, que a **Zona Franca** de **Manaus** tem seus benefícios de **ICMS** amparados pela Constituição, conforme entendimento já manifestado pelo Supremo Tribunal Federal.

	VEÍCULO BLOG DO RONALDO TIRADENTES	EDITORIA	
	TÍTULO Arthur elogia tratamento recebido no gabinete de Braga		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM e o prefeito de **Manaus**, Arthur Virgílio são inimigos pessoais e políticos. Mas quando o assunto é a **Zona Franca**, as diferenças ficam de lado, dando lugar a civilidade e cordialidade.

Foi o que aconteceu ontem à tarde, no gabinete da liderança do governo, onde Braga despacha.

Questionado sobre o tratamento recebido, Arthur disse que foi recebido com tapete vermelho, cafezinho e água gelada.

“Não está em discussão o meu futuro político nem o futuro político dele. Estamos tratando sobre o futuro do nosso estado“- disse Virgílio.

Em sua página no Facebook, Braga declarou: “ O **importante** é que todos estamos unidos em torno do

Amazonas. A questão **Zona Franca** de **Manaus** é uma questão de justiça para com o estado que tem 98% da sua floresta absolutamente preservada e que tem na **Zona Franca** a principal atividade econômica, de emprego e de geração de renda, e que tem grande contribuição para a Indústria Nacional.”

Um comentário para “Arthur elogia tratamento recebido no gabinete de Braga”

Francisco disse:

7 de maio de 2013 às 9:52

Isso sim podemos dizer, roupa suja se lava em casa. Mas se tratando de alguém da casa vem perturbar, vai tdo casal mais a família pra defender o que é deles. MUito bem a civilidade e maturidade dos dois politicos. Um avanço.

	VEÍCULO BLOG DO MARCOS SANTOS	EDITORIA
	TÍTULO Governador articula apoio de senadores em defesa da <u>Zona Franca de Manaus</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governador Omar Aziz vai acompanhar, em Brasília (DF), nesta terça-feira (07/05), a votação no Senado Federal do Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, que unifica gradualmente as alíquotas de **ICMS** interestadual e mantém a alíquota de 12% para o **Amazonas**. Nesta segunda-feira (06/05), em conjunto com deputados e senadores do **Amazonas**, o prefeito de **Manaus**, Arthur Neto, e técnicos da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), Omar trabalhou no convencimento dos senadores de que a diferenciação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** para o **Amazonas** não prejudicará a competitividade dos demais Estados.

“A presidenta Dilma já deixou muito claro, na conversa que tive com ela na última sexta-feira, que apoia essa alíquota diferenciada. Ela é uma grande aliada nesse momento, porém essa é uma decisão terminativa no Senado porque se trata de uma resolução. Caso a gente não consiga isso no Senado ela não tem nem como vetar. Essa é a nossa preocupação e é nisso que estamos trabalhando hoje”, destacou o governador.

Durante a tarde desta segunda-feira, em Brasília, Omar Aziz reuniu-se, no gabinete da Liderança do Senado, com os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin, os deputados Silas Câmara e Átila Lins, o prefeito Arthur Neto, o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira, e o secretário estadual de Fazenda, Afonso Lobo, para fortalecer a estratégia de convencimento dos senadores.

“A tendência é bem favorável ao **Amazonas**. Há uma compreensão por parte dos senadores que a competitividade da **Zona Franca** de **Manaus** deve ser mantida. Nós fizemos algumas visitas, nos gabinetes, para explicar tecnicamente a importância do modelo e da indústria no nosso Estado. Eu estou muito confiante que essa união de forças representa a luta pelo modelo econômico que temos no **Amazonas**”, afirmou Omar Aziz.

Na reunião no gabinete da Liderança do Senado, o governador falou, ainda, por telefone, com os senadores Lindbergh Farias (PT) e Humberto Costa (PT), entre outros parlamentares integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Percorrendo os corredores do

Senado Federal, Omar Aziz conversou também com os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB), Pedro Taques (PDT), José Agripino (DEM), Cristovam Buarque (PDT) e Valdir Raupp (PMDB). De acordo com Omar Aziz, as conversas foram positivas e a expectativa é que a maioria dos senadores vote a favor do **Amazonas**. “Pelos conversas que tivemos, na CAE temos um indicativo de maioria favorável a esse destaque do projeto que mantém a alíquota de 12% para o nosso Estado. De 27 titulares na comissão, entre 17 e 18 indicam estar do nosso lado”, ressaltou.

Argumentos

No corpo a corpo com os parlamentares do Senado, o governador e a bancada do **Amazonas** utiliza argumentos detalhados em uma nota técnica elaborada por técnicos do Governo do **Amazonas** e da **Suframa** na última semana.

A nota técnica traz argumentos que buscam desmistificar impressões equivocadas sobre a renúncia fiscal no **Amazonas**. No documento, os números mostram que o Estado é o que mais arrecada tributos federais entre os demais da região Norte. Em 2012, arrecadou R\$ 8,9 bilhões em impostos para a União, o equivalente a 56,74% do total do Norte. Os demais Estados da região arrecadaram no mesmo período R\$ 6,8 bilhões.

Dos R\$ 8,9 bilhões em tributos pagos à União, o **Amazonas** recebeu de volta, em transferências compulsórias, R\$ 2,3 bilhões (28,31%). “Portanto, a **Zona Franca** de **Manaus** é um mecanismo de superação das desigualdades regionais, pois os recursos nela gerados são empregados em todo o país, através do **Governo Federal**”, diz a nota.

O documento também demonstra que o **Amazonas** tem participação mínima no **PIB** brasileiro, respondendo por apenas 1,56% do total. Os estudos dos técnicos do Governo e da **Suframa** mostram ainda que a atividade econômica no **Amazonas** é tributada 29% a mais que a média nacional, em se tratando de **ICMS**. A participação desse imposto no **PIB** estadual é de 9,29%. Já o **ICMS** de todos os Estados somados tem participação de 7,18% no **PIB** brasileiro.

Contrapartidas

Além de defender que a **Zona Franca** de **Manaus** não é paraíso fiscal, os argumentos em defesa do modelo incluem a contrapartida que as empresas devem cumprir para receber os incentivos fiscais do **ICMS**, como a contribuição para três fundos estaduais voltados ao fomento das áreas de educação, turismo e **desenvolvimento** econômico. Entre os fundos, destaca-se o que é destinado à manutenção da Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA). As três contrapartidas somaram em 2012 recursos da ordem de R\$ 1,120 bilhão, o equivalente a 16,93% de carga tributária adicional ao **ICMS**.

Distorções

Entre os argumentos de defesa do modelo **ZFM**, o Governo do **Amazonas** aponta, ainda, que a renúncia fiscal praticada no país tem funcionado como concentradora das atividades econômicas, privilegiando as regiões mais desenvolvidas. As regiões mais carentes do país são ainda as menos atendidas pelas políticas fiscais de desoneração. Exemplo disso é que a região Sudeste, em 2012, foi responsável por 48,4% da renúncia fiscal do país, um total de R\$ 70,6 bilhões.

A distorção se estende ainda à aplicação de recursos para indução do **desenvolvimento regional**, que também é concentrada nas regiões mais ricas do país. O Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) destinou a investimentos no Estado de São Paulo recursos de R\$ 81,1 bilhões no ano passado, mais que o triplo destinado aos Estados da região Norte do país.

Impacto social e ambiental

A geração de postos de trabalhos formais no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**), da ordem de 120 mil empregos diretos; os empregos indiretos tanto no **Amazonas** quanto em São Paulo, principal **mercado** consumidor dos produtos aqui fabricados; e a própria dinâmica da atividade econômica também são argumentos usados em defesa da **Zona Franca** de **Manaus**.

Na área ambiental, o estudo dos técnicos do Governo do Estado e da **Suframa** aponta que quanto mais cresce o **PIB** do **Amazonas** menor tem sido o impacto no desmatamento. De 2003 a 2009, o desmatamento teve redução de 73,94% no **Amazonas** e o **PIB**, aumento superior a 82%.

“Desmatamento significa emissões de carbono para a atmosfera e perda dos princípios ativos do banco genético, fonte de oportunidades sustentáveis de **produção** de fármacos, cosméticos e alimento. As fontes de emissões do **PIM** são os combustíveis fósseis, que são bem menores do que as

emissões pelo desmatamento e que estão sendo substituídas por gás natural e energia hidrelétrica de Tucuruí”, aponta o estudo.

Competitividade

A nota elaborada pelos técnicos do Governo do Estado e **Suframa** aponta que, na questão da competitividade, a proposta de reforma do **ICMS** acaba beneficiando os Estados que vendem insumos para a **ZFM**. Como as operações de venda para a **ZFM** são isentas, com obrigação de dedução do valor que seria devido de imposto, mais recursos ficarão nos Estados de origem. Se a dedução do **ICMS** nos Estados de origem no Sudeste, por exemplo, é de 7% nas operações com a **ZFM**, com a reforma, passará a ser de 4%.

Em uma simulação com São Paulo, o maior parceiro comercial do **Amazonas**, se a indústria paulista vender R\$ 13,7 bilhões para a **ZFM** terá dedução de R\$ 963 milhões, com a alíquota atual de 7%. Com a alíquota de 4%, a dedução seria de R\$ 550 milhões, aproximadamente, o que significa que São Paulo teria um ganho de R\$ 412 milhões se comparado com o cenário atual.

Por outro lado, com a redução da renúncia na origem, haverá um aumento da carga tributária da **ZFM** nas aquisições de insumos. “O crédito presumido de **ICMS**—equivalente ao imposto que seria pago na origem – a que hoje faz jus a indústria e o **comércio** da **Zona Franca** será reduzido. Portanto o mecanismo de reduzir as alíquotas em direção a **ZFM**, traz ganhos aos Estados remetentes e reduz a competitividade da **ZFM**. Não há como minorar esse dano”, aponta o documento.

Os técnicos apontam, por fim, que qualquer redução na alíquota de 12% de **ICMS** do **Amazonas** significará redução drástica de competitividade, principalmente porque é este incentivo que acaba por compensar desvantagens geográficas e logísticas da **ZFM**. A nota lembra, ainda, que a **Zona Franca** de **Manaus** tem seus benefícios de **ICMS** amparados pela Constituição, conforme entendimento já manifestado pelo Supremo Tribunal Federal.

	VEÍCULO BLOG DO MARCOS SANTOS		EDITORIA
	TÍTULO Em Brasília, prefeito defende interesses da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O prefeito de **Manaus**, Arthur Virgílio Neto, está em Brasília, nesta segunda-feira, dia 06, juntamente com o governador do **Amazonas**, Omar Aziz, para articular com os senadores a manutenção da alíquota de 12% do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços – ICMS** para a **Zona Franca de Manaus**.

Com o governador e a bancada amazonense, Arthur usou seu prestígio pessoal para ir a vários gabinetes do Senado, conversando e convencendo sobre o impacto da decisão para a economia do Estado.

Nesta terça-feira, dia 07, está prevista a votação pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado do projeto que altera as alíquotas do **ICMS** em operações interestaduais.

No final de abril, a comissão aprovou um parecer do senador Delcídio Amaral, do PT-MS, que reduz de 12% para 7% as alíquotas do imposto para os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Espírito Santo.

Arthur manteve confirmou que já conversou com os senadores José Agripino Maia, do DEM/RN, Cristovam Buarque, do PDT/DF, Lindemberg Farias, do PT/TJ, Rodrigo Rolemborg, do PSD/DF, e Aluysio Nunes (PSDB/SP) e também está conversando com outros senadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O prefeito ressaltou que pretende sensibilizar os parlamentares dos demais Estados para que não atendam exclusivamente aos interesses de São Paulo.

Arthur e Omar visitaram os gabinetes dos senadores de posse de uma nota técnica elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – Sefaz e dados da **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus – Suframa** sobre o impacto causado pela redução do imposto. A experiência de ambos sobre o assunto também foi **importante** no debate com os parlamentares.